

## O Atraso e a Necessidade: Jornalismo científico no Brasil

*Marcelo Leite*

“Atrasos têm conseqüências funestas”, ensina Shakespeare pela boca de Renato, rei de Nápoles, quando este avista o sinal de Joana D’Arc sobre as muralhas de Ruão, no terceiro ato do drama histórico *Henrique VI*. “Delays have dangerous ends.” O que podem no entanto estar fazendo Shakespeare, Joana D’Arc, o rei de Nápoles e os séculos 15 e 16 numa conferência sobre jornalismo científico no Brasil do século 21, encomendada ao ganhador do Prêmio José Reis, a mais prestigiada láurea – em verdade, a única – desse campo tão restrito de atuação jornalística?

Que paire algum mistério até o desfecho, como é de lei em toda encenação, sobretudo quando o que está em foco é a realidade, drama verdadeiro do jornalismo. Por ora é o caso de informar somente que a citação se encontra entre as 19 que abrem a versão de 1992 do *Novo Manual da Redação da Folha de S.Paulo*, que tive a oportunidade de editar na companhia de Mario Vitor Santos, também ele um ex-ombudsman do jornal, e de Hélio Schwartzman, ainda hoje seu editorialista.

“Atrasos têm conseqüências funestas.” Guardem esta frase.

Shakespeare, de resto, é o único autor que comparece com duas citações naquelas páginas de abertura do *Novo Manual*. A outra é também muito apropriada para o ofício do jornalismo: “Um relato honesto se desenrola melhor se o fazem sem rodeios”. Não tendo seguido seu sábio conselho, ao abrir esta conferência com o que num jornal diário seria merecidamente identificado como um autêntico nariz-de-cera, passemos diretamente ao ponto: é um tanto sintomático da situação atual da pesquisa científica na esfera pública que a maior premiação de jornalismo científico contemple neste ano um jornalista *free-lancer*.

Não vai aqui desmerecimento algum à classe dos *free-lancers*, da qual no fim das contas faço parte. É preciso contudo dizer que, numa cena cultural e editorial subdesenvolvida como é a brasileira, nenhum jornalista é *free-lancer* por escolha própria – certamente não entre os que se dedicam a cobrir ciência. As vagas de editor ou de repórter especializados no assunto são poucas, assim como são raras as publicações que fazem jornalismo científico para valer, quer dizer, que se esfalfam para tornar interessante o que é importante, e não para tornar importante o que só é interessante. Quem agarra um desses empregos disputados tem poucas chances de fazer carreira; os mais ambiciosos acabam se bandeando para editorias ou publicações mais promissoras, em que as vagas não possam ser contadas com os dedos de uma única mão, muitas vezes nem com a maioria deles. Atrasos, aqui, como nas muralhas de Ruão, têm conseqüências funestas.

Insistir na escolha e reorientar a carreira para o mercado de *free-lancers* pode ser uma oportunidade, porém. Longe das minúcias onerosas e da pressão dos fechamentos de

edição, o jornalista encontra tempo para dedicar-se àquilo que Oscar Wilde o acusa de negligenciar, a própria cultura. Eis a famosa e irônica citação do jornalista e escritor inglês: “Há muita coisa a dizer em favor do jornalismo moderno. Ao nos dar as opiniões dos incultos, ele nos mantém em contato com a ignorância da comunidade. Ao fazer a crônica cuidadosa dos eventos atuais da vida contemporânea, ele nos mostra quão pouca importância tais eventos realmente têm. Ao discutir invariavelmente o supérfluo, ele nos faz entender quais coisas são requisitos para cultura, e quais não são”. É provável que muitos aqui concordem com esse juízo cáustico sobre a minha profissão; eu, certamente, estaria entre eles, mas não para concluir que o jornalismo seja desnecessário, muito menos que o jornalismo científico seja desnecessário, como parecem acreditar tantos pesquisadores da área de ciências naturais, ainda que em número felizmente declinante.

A parte que interessa da *boutade* de Oscar Wilde, para a minha concepção de jornalismo científico e de ciências naturais, é aquela que aponta para o pior dos sintomas de suas respectivas crises: o fato de se afastarem progressivamente do meio em que nasceram e do qual necessitam para vicejar – a cultura. *Cultura* entendida aqui em sua acepção mais ampla, seja no sentido de conjunto de bens e práticas simbólicos e materiais que caracterizam uma sociedade ou civilização, seja no sentido daquela parcela que cada membro desse grupo consegue dominar ou acumular, ao longo de sua própria biografia. Cabe ao indivíduo *cultivar-se*, como se diz, ao menos naquelas sociedades complexas e diversificadas, como a nossa, em que a diferenciação e a especialização forcem o comum das pessoas a se afastar do ideal iluminista de um saber enciclopédico. Ter cultura é ser capaz de estabelecer relações e criar um sentido para os fatos e os conhecimentos sobre o mundo à sua volta. Por mais que esse *cultivo* tenha se tornado uma tarefa impossível, no escopo totalizante pretendido pelos enciclopedistas do século 18, é preciso defendê-lo aqui como um *valor*, algo a não ser abandonado, como um fim em si mesmo, uma *idéia reguladora*, no sentido de Emmanuel Kant.

Renunciar ao ideal de uma *cultura geral* é atrasar o relógio civilizatório para antes da era do Esclarecimento, quando o desafio que se coloca para o nosso tempo é o de adiantar-se às suas piores conseqüências, o de *inventar* o que poderia significar, nos dias de hoje, a prática da atitude iluminista em sua essência mesma: crítica, ceticismo, antidogmatismo. Esta, afinal, era a função do saber objetivo que importava organizar numa enciclopédia de conhecimentos verificáveis sobre o mundo natural – libertá-lo do dogma e da superstição, de todas as formas de mistificação. Hoje sabemos que a própria prática científica pode enredar-se nas malhas da retórica e da ideologia, mas ainda se resiste ativamente diante da idéia de que não-cientistas – e, por favor, muito menos jornalistas – possam dedicar-se a algo como uma *crítica de ciência*, similar à universalmente aceita e bem-vinda crítica de arte.

Refugiar-se entre as muralhas da especialização e da competência estrita, porém, numa defesa suicida da Autoridade da Ciência, é condenar-se a um atraso de mais de dois séculos. E atrasos, como ensina Shakespeare, têm conseqüências funestas.

Era essa frase do bardo que estava em minha mente quando escolhi o título desta conferência. Queria apontar já de cara para os riscos do atraso em que podem ser

lançados pesquisa científica e jornalismo científico num país obcecado com a economia e a corrupção. Mas queria também fazê-lo já com recurso, por meio de alusão, ao rico acervo de pensamentos e reflexão que em décadas passadas foi catalisado pela própria pesquisa científica, um tipo de interfecundação entre ciências naturais e humanas que, salvo engano ou viés pessoal, está caindo em desuso. E que melhor maneira de conseguir tal efeito, senão ecoando o título de um livro que marcou época, da autoria de um dos grandes nomes da biologia molecular, a ciência da hora? Ao mesmo tempo, viria muito a calhar, para a estratégia retórica desta conferência, se o título de um único golpe evocasse o de uma obra-prima da cultura filosófico-científica, relativamente recente, que estivesse porém caindo no esquecimento. Um título que despertasse em muitos ouvintes a sensação de ser já conhecido, mas como que prestes a escapar da memória. Da cultura.

Os mais velhos e os mais cultivados sabem de que livro estou falando. Trata-se de *O Acaso e a Necessidade*, de Jacques Monod, publicado em 1970, cinco anos depois de o cientista francês ganhar o Prêmio Nobel em Medicina ou Fisiologia em companhia de François Jacob e André Lwoff, por seu fantástico trabalho sobre o modelo *operon* de regulação da expressão gênica. O subtítulo da obra é “Ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna”. Depois de passar cinco anos debruçado sobre a copiosa porém rasa literatura anglo-saxã acerca do Projeto Genoma Humano, tema de uma tese de doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp que defenderei dentro de três semanas, ler Monod foi uma dádiva. Como pode escrever tão bem um mero biólogo molecular? E *pensar* tão bem, por mais que se discorde de alguns de seus juízos? É imperativo citá-lo:

“É imprudente, hoje em dia, da parte de um homem de ciência, empregar a palavra ‘filosofia’, ainda que seja ‘[filosofia] natural’, no título ou mesmo no subtítulo de uma obra. É garantia de vê-la acolhida com desconfiança pelos homens de ciência e quando muito com condescendência pelos filósofos. Tenho uma só desculpa, mas a considero legítima: o dever que se impõe aos homens de ciência, hoje mais do que nunca, de pensar a sua disciplina no conjunto da cultura moderna, para enriquecer não só os conhecimentos tecnicamente importantes, mas também as idéias provenientes de sua ciência que eles possam tomar por humanamente significativas. A própria ingenuidade de um olhar novo (como o é sempre o da ciência) pode talvez esclarecer, como a luz de um novo dia, problemas ancestrais.”

Cabe repetir, 35 anos depois, o núcleo clarividente dessa passagem quixotesca do prefácio de Jacques Monod: *O dever que se impõe aos homens de ciência, hoje mais do que nunca, de pensar a sua disciplina no conjunto da cultura moderna*. Eis aqui um tema para reflexão dos cientistas presentes, em particular dos herdeiros diretos das grandes descobertas de Monod e Jacob, tanto quanto de Watson e Crick: o dever está sendo cumprido? Três décadas depois, é preciso repetir as palavras resolutas de Renato diante do sinal de Joana D’Arc: atrasos têm conseqüências funestas.

Outra maneira de fazer essa pergunta inconveniente é indagar quantos professores de genética e de genômica, supondo que tenham lido o livrinho de Monod, o indicam para seus estudantes. Jornalistas, certamente, não o lêem, nem mesmo os que cobrem ciência em geral e genética em particular. Uma das razões para isso é que a última edição

da obra no Brasil data de 1989, aparentemente, não tendo sido reeditada desde então. A primeira edição é de 1971, apenas um ano depois de lançado o volume na França – não tão rápido quanto uma tradução de Harry Potter, hoje em dia, mas ainda assim agilidade razoável da Editora Vozes, naqueles tempos em que não havia internet nem Amazon Books. Pior é a situação de dois outros clássicos historiográficos sobre a biologia molecular: *The Path to the Double Helix* (A Trilha para a Hélice Dupla), de Robert Olby, lançado em 1974, e *The Eighth Day of Creation* (O Oitavo Dia da Criação), de Horace Freeland Judson, concluído em 1978. Nunca tiveram uma edição no Brasil. A mesma sorte de outros dois clássicos do tema, estes autobiográficos: *The Double Helix* (A Hélice Dupla), de James Watson, obra de 1968, e a resposta de seu parceiro Francis Crick, *What a Mad Pursuit* (Que Busca mais Louca), 20 anos depois.

Com todo o sucesso de público e de crônica obtido pelos projetos genomas nacionais, da *Xylella fastidiosa* ao da cana-de-açúcar, a influência de seus próceres nas agências de fomento à pesquisa não parece ter se estendido ao meio editorial, nem mesmo às editoras universitárias. Outra hipótese, também plausível, é que nem tenham pensado nisso, ou seja, na importância de pavimentar um sólido caminho retrospectivo que conduza diretamente, ou assim pareça conduzir, às grandes realizações dos heróis do presente. Atrasos têm conseqüências funestas, ecoam as muralhas de Ruão.

O alerta do drama shakespeariano vale para todos, evidentemente. Eu mesmo só vim a ler o livro de Monod que inspira o título desta conferência depois de inventá-lo (o título). Tinha de cumprir a promessa que fizera a uma amiga, Flávia Natércia, que recomendou a leitura depois de ouvir uma palestra minha sobre determinismo genético no discurso sobre o Projeto Genoma Humano durante o 17º Congresso Brasileiro de Genética Clínica, em Curitiba, em 9 de junho – por coincidência, o dia em que recebi a notícia do Prêmio José Reis, por meio de um telefonema do presidente do CNPq, Erney Camargo. Ela mesma uma bióloga hoje convertida ao jornalismo científico, Flávia Natércia lamentou que ninguém mais entre os colegas das suas duas profissões leia o clássico de Monod, no qual um biólogo molecular de peso – 35 anos atrás, repito – já insistia sobre o aspecto antideterminista do seu objeto de pesquisa, ainda que fazendo uma defesa do reducionismo como método heurístico. Mais duas citações de Monod em *O Acaso e a Necessidade*, a primeira delas uma admissão sincera das limitações preditivas do gene, artigo raro nos dias de hoje:

“Entendo aqui ‘teoria do código genético’ no sentido amplo, para aí incluir não somente as noções relativas à estrutura química do material hereditário e da informação que ele carrega, mas também os mecanismos moleculares de expressão, morfogenética e fisiológica, dessa informação. Assim definida, a teoria do código genético constitui a base fundamental da biologia. O que não significa, bem-entendido, que as estruturas e funções complexas dos organismos possam ser *deduzidas* da teoria, nem mesmo se elas forem sempre analisáveis diretamente até a escala molecular.”

Isso não significa, decerto, render-se a um holismo difuso, fruto de uma paralisia pela ignorância presente. “Que me entendam bem”, pede Monod. “Ao dizer que os seres vivos, enquanto classe, não são previsíveis a partir de princípios primeiros, não pretendo

de maneira alguma sugerir que eles não sejam *explicáveis* segundo esses princípios, que eles os transcendam de alguma maneira e que outros princípios, aplicáveis apenas a eles, devam ser invocados. (...) basta-nos que este objeto atual, único e real, seja *compatível* com a teoria. Este objeto não tem, segundo a teoria, o dever de existir, mas ele tem, sim, o direito de existir.”

Os ouvintes dirão, nesta altura da conferência, que foram desviados a anos-luz de distância do jornalismo científico brasileiro do século 21, ou seja, do tema. De certo modo, quem estiver a ponto de tirar essa conclusão estará certo, mas pelas razões tortas. Estamos, com efeito, mergulhados na filosofia. Enterrados, até o pescoço, no meio da cultura – do qual, de resto, nunca saímos, apenas imaginávamos ter escapado, a golpes de fórmulas, técnicas e jargões incompreensíveis. Há 35 anos, éramos conduzidos a esse atoleiro irresistível pelas mãos de um biólogo molecular. Francês, é verdade, mas antes que se chegue à conclusão igualmente precipitada de que não se fazem mais biólogos moleculares como antigamente, tenho outra recomendação de tradução e de leitura, o livro de Michel Morange, de 1998, *La Part des Gènes* (algo como “O Quinhão dos Genes”). Estamos decerto a anos-luz do jornalismo científico, mas apenas porque o jornalismo científico brasileiro, com raras exceções, é que está a anos-luz... da cultura. Cultura naquele sentido amplo, do qual falava mais atrás Monod, do cultivo, do dever de pensar a ciência no conjunto da cultura moderna.

O jornalismo científico está hoje próximo demais da pesquisa científica que se recusa a refletir sobre o seu próprio lugar no mundo, como se pairasse acima dele e fosse praticada por seres angélicos, sem interesses, vaidades e disputas. O jornalismo atrasou-se diante de sua própria missão, que sempre foi e será de caráter iluminista: permanecer cético e crítico, mesmo diante de uma atividade tão entusiasmante quanto a pesquisa científica. Não o cacoete de ceticismo que degenera em cinismo, mas aquele que vai às últimas conseqüência, incluindo entre os alvos de crítica seus próprios pressupostos. Neste sentido, ainda praticamos um jornalismo científico atrasado. E atrasos, como experimentou Joana D’Arc na própria carne, têm conseqüências funestas.

Há exatamente um ano participei da reunião anual anterior da SBPC, em Cuiabá, apenas três semanas depois de deixar o cargo de editor de Ciência da *Folha de S.Paulo*. Era uma mesa-redonda sobre o tema “Divulgação Científica e Cidadania”, para o qual havia sido convidado por Ildeu de Castro Moreira, na companhia de Mônica Teixeira. Em minha apresentação sobre “Os caminhos e descaminhos do debate sobre biotecnologia no Brasil”, lamentei o que na época chamei de “sinais claros de uma certa falta de capilaridade social nessa tendência de valorização da investigação científica”. Percebo agora com um pouco mais de clareza que falta à pesquisa brasileira é um enraizamento mais profundo e ramificado na vida cultural do país, em que a investigação científica apareça como um valor em si mesmo, a ser sustentado em primeiro lugar pelo que representa de contribuição a uma obra coletiva cosmopolita e civilizacional, além de seu aporte inevitável ao esforço de desenvolvimento nacional. Ao apresentar-se perante a esfera pública apenas como fonte de inovação, palavra de ordem e pedra-de-toque da hora, a pesquisa científica se barateia e subordina a uma lógica alheia, a da rentabilidade imediata, exilando-se voluntariamente do seu próprio território, a cultura.

Nos anos 1970 e 1980, as reuniões anuais da SBPC eram uma espécie de Quarup, de celebração ritual para a qual convergiam todas as etnias e tribos da região das ciências, fossem elas naturais ou humanas. Houve uma que entrou para a história, e na sua origem esteve esta mesma cidade de Fortaleza, para a qual estava prevista a realização da reunião de 1977. Talvez poucos saibam que aquele senhor que aparece no símbolo da página da SBPC na internet é Galileu Galilei, ao lado de sua frase famosa, “Eppur si muove”, “e no entanto ela se move”, ao referir-se à Terra que os inquisidores queriam imóvel no centro do Universo. E muitos, certamente, considerarão misteriosa a outra frase que consta dessa espécie de brasão: “Campanha de Fundos 1977”. Pois foi essa campanha que possibilitou a realização da inesquecível reunião de 1977, não na formosa Fortaleza, uma vez que os militares no poder negaram de última hora as instalações para o encontro, temerosos de ele oferecesse a oportunidade para a reconstrução da combativa UNE. A reunião ocorreu, sim, mas na poluída São Paulo, em salas improvisadas da PUC, numa demonstração de força e autonomia do que então se chamava de “sociedade civil”. Era uma época peculiar, sem dúvida, momento e condições que nunca mais se repetirão, mas todos que a viveram sabem o quanto pode ser importante e vital a experiência de ver a ciência e os cientistas brilhando no centro da cultura e da praça pública.

O passado, contudo, não deve ser encarado como algo morto e desconectado, mas sim como aquilo que sobrevive e vive em nós, ainda que por herança. É a nossa cultura. É fundamental que não se percam as ligações e conexões que nos permitem lembrar que o nome do prêmio que hoje recebo, com muita honra, é o mesmo do biólogo e jornalista que escreveu décadas a fio no espaço que ora ocupo na *Folha de S.Paulo*, o do homem de ciência e de cultura que ajudou a fundar a SBPC, em 1948, e a sua primeira publicação, em 1949, não por acaso batizada como... *Ciência e Cultura*. Jornalistas ou pesquisadores, ou ambas as coisas, não podemos nós, hoje, abandonar essa idéia reguladora. Renunciar a ela seria atrasar-se para o compromisso que temos com José Reis e com Jacques Monod. E atrasos, como a platéia já se cansou de ouvir, têm conseqüências funestas.

Fiquemos por aqui. Concluo esta conferência com um convite à reflexão para a comunidade científica e para os praticantes do jornalismo científico, meus colegas de profissão: Até que ponto estão de fato enraizadas na sociedade e na cultura brasileiras as vitórias recentes que os pesquisadores acreditam ter obtido no Congresso Nacional, a respeito da liberação dos alimentos transgênicos e das células-tronco embrionárias, com a aprovação da nova Lei de Biossegurança? As duas ações diretas de inconstitucionalidade enviadas ao Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria Geral da República devem ser encaradas como sintoma de que a reação imunológica – melhor dizendo, cultural – a esses novos organismos ainda não foi inteiramente controlada? Está bem guarnecida a retaguarda para enfrentar a próxima batalha, a da regulamentação da Lei de Biossegurança? A comunidade científica tem forças para ganhar esta e outras guerras no território da cultura, fazendo cabeças, ou continuará confiante de que pode vencê-la em terreno estranho, fazendo lobby e fazendo ministros?

Mais do que responder a essas perguntas, pesquisadores e jornalistas de ciência precisam começar a fazê-las. Atrasos, afinal, têm conseqüências funestas.